



**PARECER PRÉVIO Nº 4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11413/2018.**

**Aposos:** Processo nº 10490/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Pauini

**4- Exercício:** 2017

**5- Responsável:** Eliana de Oliveira Amorim (Prefeita Municipal)

**6- Advogado:** Não possui

**7- Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP e DICREA

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1792/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Pauini. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação da prestação de contas da Sra. Eliana de Oliveira Amorim, Prefeita Municipal de Pauini no curso do exercício 2017.**

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 15 de Abril de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



**PARECER PRÉVIO Nº 4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11413/2018.**  
**Aposos:** Processo nº 10490/2017.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Pauini
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Eliana de Oliveira Amorim (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Erliuton Soares do Nascimento - 7771
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP e DICREA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1792/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Pauini. Exercício de 2017.

Irregularidade. Revelia. Multa. Alcance.  
Determinação. Ciência. Encminamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a prestação de contas da **Sra. Eliana de Oliveira Amorim**, responsável pela Prefeitura Municipal de Pauini, exercício de 2017, nos termos do art. 22, III, da Lei Estadual n. 2.423/96, em razão das impropriedades identificadas e não sanadas no curso do processo:
  - 10.1.1 Atraso no repasse de duodécimo à Câmara Municipal de Pauini;
  - 10.1.2 Ausência de baixa total dos valores inscritos em dívida flutuante;
  - 10.1.3 Ausência de balancetes por meio do e-Contas;
  - 10.1.4 Ausência de cobrança ou execução;
  - 10.1.5 Ausência de envio de remessas ao sistema E-contas (GEFIS) referente aos seis bimestres de 2017 do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução n. 15/13 c/c a 24/13;
  - 10.1.6 Ausência de envio de remessas ao sistema E-contas (GEFIS) referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c a Resoluções 15 e 24/13;
  - 10.1.7 Ausência de parecer a respeito do FUNDEB pelo Conselho competente;



**ACÓRDÃO Nº 4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.1.8** Ausência de planejamento em licitações (pregões presenciais), visto que não restou esclarecida a metodologia para definição das quantidades desejadas pelo Executivo Municipal;
- 10.1.9** Ausência de processo de execução de dívida ativa;
- 10.1.10** Desatualização do Portal da Transparência (ausência de RREO e RGF).
- 10.1.11** Descumprimento da lei de acesso à informação;
- 10.1.12** Descumprimento do limite de gastos com pessoal em desatenção ao que preconiza o art. 20, III, “b”, da LRF cuja redação estipula o percentual de 54% da receita corrente líquida para gastos com pessoal.
- 10.1.13** Descumprimento do prazo de publicação referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, conforme sistema E-contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 55, §2º da LC nº 101/00;
- 10.1.14** Descumprimento do prazo de publicação referente aos seis bimestres de 2017 do RREO, conforme sistema E-contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC nº 101/00;
- 10.1.15** Inobservância de procedimentos (ausência de estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e pelos órgãos participantes, ausência de designação de fiscal de ata, ausência de pesquisa de mercado para comprovar vantajosidade e ausência de condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados), ao julgar as propostas apresentadas ao longo dos pregões presenciais realizados pela Prefeitura Municipal de Pauini;
- 10.1.16** Inobservância do art. 2º, §§ 2º e 3º da Resolução n. 27/2012-TCE/AM;
- 10.1.17** Inobservância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, visto que, no pregão n. 19/2017, vinculado à ata de registro de preços n. 14/2017, não estava sendo observado, à época dos fatos, o item 6 do respectivo termo de referência;
- 10.1.18** Não identificação de contrapartida ao Município de Pauini em razão da execução de despesa no valor de R\$ 475.833,96;
- 10.1.19** Termos de referência com lacunas na justificativa e no objeto, pois não ofertam dados capazes de nortear compras e/ou serviços bem como não especificam a finalidade pública a ser atendida;



**ACÓRDÃO Nº 4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.2. Considerar revel** a Sra. Eliana de Oliveira Amorim, visto que, mesmo cientificada das irregularidades inerentes à sua gestão, não apresentou defesa;
- 10.3. Aplicar Multa** com fundamento no art. 54, VI, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, à Sra. **Eliana de Oliveira Amorim**, em razão das irregularidades identificadas pela CI-DICAMI, pela CI-DICOP (exceto a glosa descrita nos autos) e pela DICREA, no valor de **R\$ 20.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Aplicar Multa**, com fundamento no art. 308, V, do RI-TCE/AM, à Sra. **Eliana de Oliveira Amorim**, em razão do dano ao erário municipal identificado pela CI-DICOP na ordem de R\$ 475.833,96 (quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos), no valor de **R\$10.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.5. Considerar em Alcance**, com fulcro no art. 304, I, do RI-TCE/AM, a Sra. **Eliana de Oliveira Amorim** para devolução aos cofres municipais do valor de **R\$ 475.833,96** (quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Pauini em razão da não identificação de benefícios ao interesse público com a referida despesa;



**ACÓRDÃO Nº 4/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.6.** **Determinar** à atual gestão da Prefeitura Municipal de Pauini que evite a ocorrência das práticas irregulares descritas nos relatórios técnicos apresentados pela CI-DICAMI, pela CI-DICOP e pela DICREA, visto que sua injustificada reincidência poderá implicar aplicação de multas e desaprovação de vindouras prestações de contas;
- 10.7.** **Dar ciência** do desfecho destes autos à Sra. Eliana de Oliveira Amorim, à atual gestão da Prefeitura Municipal de Pauini e à Câmara Municipal de Pauini, para que tomem as medidas pertinentes a cada um, em especial a Casa Legislativa que deverá proceder, no prazo descrito no art. 127, § 5º, da Constituição Estadual, ao julgamento das Contas da gestora.
- 10.8.** De acordo com voto-destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acatado em sessão pelo Relator, **encaminhar** os autos ao MPE/AM à vista de indícios de ocorrência de infrações penais e de improbidade administrativa”, conforme recomendado pelo Ministério Público de Contas no presente processo.
- 11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 15 de Abril de 2020
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.
- 13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral